

Controvérsias econômicas da transição soviética (1917 a 1929)¹

Joana Salém Vasconcelos²

Resumo: O artigo busca reconstituir os principais elementos do debate econômico da transição soviética entre 1917 e 1929, retomando argumentos de Lenin, Preobrajzenski, Trotsky, Bukharin e Stálin, expoentes do bolchevismo, à luz das narrativas historiográficas de Bettelheim, Dobb e Deutscher. A revolução russa de 1917 abriu um novo patamar de polêmicas sobre a superação do capitalismo, originando diferentes paradigmas da transição, fundamentados em distintas estratégias e formas econômicas da propriedade.

Palavras-chave: URSS; Comunismo de Guerra; NEP; economia de transição.

Economic controversies on the Soviet transition (1917-1929)

Abstract: The article seeks to reconstruct the main elements of the economic debate on the Soviet transition between 1917 and 1929, returning to arguments of Lenin, Preobrajzenski, Trotsky, Bukharin and Stalin, exponents of the Bolshevism, lighted by historiographical narratives of Bettelheim, Dobb and Deutscher. The Russian revolution of 1917 opened up a new level of controversy about the overthrow of capitalism, generating various paradigms of transition, based on different strategies and economic forms of property.

Keywords: USSR; War communism; NEP; transitional economy.

¹ Artigo publicado na Revista Verinotio n° 18, Ano IX, out./2013 (ISSN 1981-061X), p. 28-45.

² Historiadora (USP), Mestra em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), Doutoranda em História Econômica (USP).

“A vitória contra a desordem, a ruína econômica e a lassidão é o mais importante, porque a continuação da anarquia da pequena propriedade é o maior e o mais sério perigo, e certamente será nossa derrota”,
Vladimir Lenin, 1921 (1965b, tradução da autora).

Quando a Revolução Russa triunfou em Outubro de 1917, o país era um retrato disforme do desenvolvimento desigual e combinado. A reprodução da acumulação capitalista sobre uma economia com predomínio de traços feudais gerou, no início do século XX, um quadro heterogêneo, com ao menos quatro estruturas históricas díspares: (1) a grande propriedade feudal de relações patriarcais; (2) a produção pequeno-camponesa tradicional de subsistência; (3) o capitalismo de pequena escala (produção manufatureira e especulação comercial); (4) o grande capital monopolista industrial. Lenin produziu esse diagnóstico da sociedade russa em 1921, acrescido de uma quinta forma econômica: a nova propriedade estatal socialista (1965b). A tese original de Karl Marx de que a revolução comunista estaria conectada com o máximo desenvolvimento das contradições do capitalismo industrial e que, portanto, teria como cenário provável o centro mais avançado do sistema econômico mundial não correspondia com os fatos.

Ao contrário, no século XX, a história do socialismo se confunde com a história da periferia capitalista³. O socialismo foi, essencialmente, um fenômeno das periferias. Por todas as partes em que a revolução socialista eclodiu, os desafios que surgiram estavam relacionados com os desafios do subdesenvolvimento. A questão agrária, portanto, se converteu num dos maiores temas da economia da transição. Em quase todas as revoluções socialistas, a reforma agrária serviu como motor da transformação econômica, determinando as margens do desenvolvimento industrial. Por ter nascido (e morrido) nas periferias, o socialismo adotou para si a tarefa de criar as bases industriais típicas do capitalismo mais avançado e desenvolver as retardatárias forças produtivas a partir de novas relações de produção. A dimensão da tarefa era colossal. Construir uma sociedade socialista significava transformar radicalmente todas as esferas da vida capitalista, a partir de um plano consciente e estrategicamente desenhado.

O sistema de planejamento para economia socialista carecia de metodologias inovadoras que aproximassem as metas econômicas da realidade de cada setor, harmonizando as decisões nacionais macroeconômicas, a gestão de cada unidade

³ A acepção de periferia capitalista utilizada se baseia na obra de Immanuel Wallerstein (1974).

produtiva e o poder da base dos trabalhadores. O plano, em teoria, era a tentativa de fusão dos interesses coletivos com os interesses individuais, a partir do controle do poder central. Por isso, o plano não podia ser um apanhado de orientações técnicas: deveria ser uma “síntese das múltiplas determinações” do processo revolucionário (MARX, 2011), tendo como horizonte não só um impulso às forças produtivas, mas também a criação de novas relações de produção, novas instituições, novos valores e um novo sistema cultural. Era preciso considerar o tempo histórico, o ritmo das mudanças e as estruturas transitórias, à luz da clássica definição de Lenin: “esse período de transição é um período de luta entre o capitalismo em decomposição e o comunismo recém-nascido – ou, em outras palavras, entre o capitalismo que foi derrotado mais não destruído e o comunismo que nasceu, mas ainda é muito frágil” (LENIN, 1965d, tradução do autor). Apesar da diversidade de caminhos propostos pelos diferentes países socialistas, quase todos que se lançaram na empreitada adotaram economias planejadas como expressão de autoconsciência coletiva da sociedade. Construir o socialismo foi, portanto, uma questão de controle político, militar e econômico das esferas da vida e de indução das mudanças por meios planejados.

Neste artigo, o que se quer destacar é a luta entre planejamento e especulação na transição ao socialismo soviético, entre os anos 1917 e 1929. “Especulação” é o termo usado por Lenin para denunciar os lucros privados ilegais que driblavam o sistema de controle estatal, através do comércio, do armazenamento privado da produção, ou da agiotagem⁴. Nestes anos, as determinações coletivistas do socialismo e a dispersão individual de interesses do pequeno capitalismo entram em conflito. A hipótese discutida é que o conflito entre planejamento e especulação na União Soviética seria uma expressão da luta de classes na transição ao socialismo, sendo que as classes em conflito seriam personagens do capitalismo periférico, destacadamente das relações de produção agrárias. Será traçado um breve panorama histórico do comunismo de guerra (1918-1921) e das polêmicas em torno da Nova Política Econômica (1921-1929), buscando identificar as forças partidárias que se lançaram na disputa sobre a estratégia da revolução.

Duas tendências bolcheviques se chocam: a tendência majoritária representava a aliança do Estado soviético com o campesinato, aprovava o livre comércio, o excedente

⁴ A palavra “especulação” será usada ao longo de todo artigo com este sentido e não com o sentido atual das práticas do mercado financeiro.

privado e o assalariamento rural; a tendência minoritária defendia a industrialização máxima por meio da exploração estatal do excedente camponês, com alto grau de planejamento e controle econômico. Foi, por isso, nomeada de “ditadura da indústria” (DOBB, 1972, p. 180). Nesse sentido, as formas agrárias de produção constituem o território mais agudo da polêmica. Superar a inadequação entre o atraso relativo das forças produtivas em relação às demandas do novo sistema social configura o desafio histórico que se ergue diante dos soviéticos. Por fim, será problematizada a possibilidade histórica de conciliação entre interesses coletivos e interesses individuais, ou seja, entre planejamento e democracia direta.

Na história do pensamento marxista, duas grandes correntes de interpretação se destacam: a corrente economicista, que vê no desenvolvimento das forças produtivas o principal motor histórico das crises e revoluções; e a corrente subjetivista (ou voluntarista), que vê na vontade e organização política da classe trabalhadora o combustível principal das transformações (BETTELHEIM, 1976, p. 31). Buscamos aqui um enfoque mediado destes dois extremos, considerando a luta de classes como determinante dos processos históricos, sendo que: (1) os interesses de classe se manifestam a partir de uma estrutura econômica; (2) as condições subjetivas da consciência de classe são determinantes diretos e fundamentais da amplitude de possibilidades abertas nas transformações revolucionárias (LUKÁCKS, 2003).

1. Campesinato, reforma agrária e socialismo (1917-1918).

“Não pensamos que os camponeses tenham pouca terra e necessitam de mais terra. Dizemos que a propriedade agrária dos latifundiários é a base do jugo que oprime o campesinato e o torna atrasado”,
Vladimir Lenin, 1917 (1977).

A Rússia Czarista com a qual se deparou o poder bolchevique em Outubro de 1917 possuía alma camponesa. O Império czarista produziu, através do expansionismo, uma estrutura agrária extensiva de baixa intensidade tecnológica. Os conflitos agrários foram historicamente contornados através da conquista de novos territórios e isso caracterizou o modo de vida da população rural em todas as classes sociais. Após décadas de luta camponesa, a reforma agrária de 1861 eliminou a servidão, abrindo caminho para a acumulação capitalista no campo. A separação do servo em relação à terra, contudo, deixou exposta a dependência do trabalhador rural em relação aos meios

de produção do senhor. Os efeitos foram o assalariamento rural, a concentração fundiária e uma maior liquidez das operações de arrendamento. Em 1906, uma nova reforma das leis agrárias, liderada pelo ministro Stolypin, consolidou a mercantilização da terra: fortaleceu o *kulak*⁵ e o campesinato médio como agentes de acumulação e desintegrou a propriedade comunal, dificultando o acesso do camponês pobre à terra e aos instrumentos de trabalho. O crédito ao camponês médio foi ampliado para suplantar as estruturas coletivas tradicionais e assalariar o camponês pobre. Dadas as dimensões territoriais do país, apesar da concentração fundiária, a forma de propriedade predominante permaneceu sendo a pequena produção individual camponesa. Antes da Grande Guerra, a população russa se dividia como consta na **TABELA 1**.

TABELA 1 - População Russa – 1913	
Camponeses	66,7%
Proletários	14%
Pequena Burguesia	15%
Burguesia Urbana e Rural	4,3%
Fonte: BETTELHEIM, 1976, p. 67, 148.	

Com tal quadro populacional, nota-se que qualquer mudança profunda na Rússia seria inescapavelmente pressionada pela posição do campesinato. Nesse sentido, a aliança proletário-camponesa condicionava a vitória da revolução russa, não só para a “tomada do poder”, mas também para construção da nova sociedade.

Uma das formas tradicionais da agricultura russa era o *mir*. De raízes comunitárias, o *mir* era um organismo que concedia a terra por unidades familiares cercadas, preservando a propriedade privada dos instrumentos de trabalho e as desigualdades dentro do campesinato. O *mir*, por fortalecer a propriedade individual, se tornou uma arma contra o poder soviético. Não por acaso, os bolcheviques nunca lograram construir Sovietes Camponeses com o mesmo alinhamento político que os Sovietes Operários. Os Sovietes Camponeses, na grande maioria, eram pouco representativos, muitas vezes identificados pela base como autoritários. Isso porque, historicamente, o *mir* era o espaço comunitário que organizava pequenos camponeses e *kulaks* sob uma mesma identidade social, a comando ideológico dos mais fortes.

A Revolução de Outubro obteve apoio da maioria dos camponeses pobres, especialmente os soldados que sofriam nas frentes de batalha da Grande Guerra. No inverno de 1917 a 1918, os camponeses tomaram posse de 40% das terras cultiváveis

⁵ Campesinato rico, também chamado de “campesinato burguês” (PREOBRAJENSKY, 1987, p. 251).

detidas pelos grandes proprietários, em mobilizações muitas vezes autônomas em relação ao poder bolchevique. Como lembrou Deutscher: “os bolcheviques dividiram a terra entre os camponeses ou antes sancionaram a partilha feita pelos próprios camponeses” (DEUTSCHER, 2005, p. 379). Os outros 60% se converteram em fundo estatal (BETTELHEIM, p. 195). Só em casos excepcionais, os camponeses pobres militarizados tomaram as terras dos *kulaks* comandantes do *mir*.

No processo de expropriação desencadeado pela revolução, os latifundiários e especuladores perderam 90% de suas terras cultiváveis. Em 18 de fevereiro de 1918, foi promulgada a Lei de Socialização da Terra, caracterizada por Lenin como “a última palavra da revolução burguesa” (apud BETTELHEIM, 1976, p. 187). Por meio dessa Lei, 35% dos camponeses foram isentos de impostos, se estabeleceu que nenhuma família estaria autorizada a possuir mais que uma propriedade, que toda terra era estatal e o camponês possuiria “usufruto permanente”. O resultado da reforma agrária, no entanto, foi o predomínio absoluto da pequena propriedade camponesa, sem nenhum traço de coletivização agrária “espontânea”, como imaginaram os bolcheviques mais otimistas. Em 1919, as terras cultiváveis estavam divididas como mostra a **TABELA 2**⁶.

TABELA 2 - Terra cultivável na URSS em 1919 (%)	
Propriedade camponesa (individual + <i>mir</i>)	96,8 %
Cooperativas (<i>comunas</i> + <i>artéis</i>)	0,5%
Fazendas Estatais (<i>solkhozes</i>)	2,7%
Fonte: BETTELHEIM, 1976. P. 196	

Devido ao fortalecimento da propriedade camponesa, Lenin caracterizou as transformações até 1919 como “revolução proletária nas capitais e revolução democrático-

burguesa no campo” (apud BETTELHEIM, 1976, p. 198). A força histórica e social do campesinato e seu interesse pela propriedade individual se impuseram sobre o programa coletivista dos dirigentes bolcheviques. Contudo, como alertara Marx, a dispersão das forças de trabalho camponesas em pequenas propriedades poderia representar uma tragédia em termos de produtividade⁷.

Diante da fragilidade dos Sovietes Camponeses, os bolcheviques alteraram sua tática de aproximação política: iniciaram a formação dos Comitês de Camponeses

⁶ *Artéis* são cooperativas estritamente privadas, semelhantes às sociedades capitalistas. *Comunas* são cooperativas baseadas na propriedade estatal, também chamadas de *kolkhozes*.

⁷ Marx defendeu a superioridade da grande propriedade da terra no desenvolvimento das forças produtivas em um artigo publicado no *The International Herald*, em 15 de junho de 1872, com título “A Nacionalização da Terra” (ver MARX, 1982).

Pobres. Eram células armadas formadas pelos segmentos mais marginais do campesinato, para a expropriação dos latifundiários e dos *kulaks*. As funções dos Comitês seriam controlar as reservas de alimento, descobrir estoques ilegais de grãos detidos pelos especuladores, confiscar os excedentes, abastecer os camponeses pobres e distribuir os instrumentos agrícolas. Eram subordinados às orientações do Controle de Abastecimento Geral, encabeçado por Lenin. Mas os Comitês de Camponeses Pobres tampouco alcançaram seus objetivos e acabaram cedendo às forças da dispersão rural.

A dificuldade dos bolcheviques para inserirem sua proposta coletivista no campo pela persuasão, alcançando assim níveis superiores de controle da economia, é o nervo central da luta entre especulação e planejamento. Feita a reforma agrária “democrático-burguesa” de 1918, consolida-se uma acomodação histórico-estrutural de difícil desmonte e bastante prejudicial ao projeto bolchevique de desenvolvimento e planificação. Os bolcheviques se deparam com uma contradição que irá percorrer toda década de 1920: a dupla natureza da reforma agrária. Ao mesmo tempo em que garantiu o apoio entusiasmado dos camponeses pobres à revolução de Outubro, ao distribuir a terra, a reforma agrária converteu seus aliados em camponeses médios. Assim, ampliou-se a proporção de *seredniaks* (propriedades de camponeses médios) sobre *bedniaks* (propriedades de camponeses pobres), gerando um indesejado “efeito rebote”: o fortalecimento do campesinato médio contra a economia planejada. Quanto maior a pressão liberalizante do campesinato médio sobre as decisões econômicas, menor o potencial planejador da economia, maior a necessidade de estímulos individuais para a produtividade e maior o poder da especulação. A **TABELA 3** mostra o alcance do processo expropriador até 1921 e o reforço da propriedade camponesa da terra, paradoxalmente proporcionado pela revolução bolchevique.

TABELA 3 - Reforma Agrária Soviética: Terra cultivável camponesa/terra cultivável total			
	1916	Expropriação	1921
Rússia Europeia	75%	32%	99%
Ucrânia	57%	68%	96%

Fonte: USSR, 1929a, p. 65.

A **TABELA 4** mostra como a reforma agrária aumentou em 14% o campesinato

TABELA 4 - Diferenciação social do campesinato (%)		
	1905	1922
0 a 2,7 dec.	15,8	15,1
2,7 a 5,4 dec.	33,7	35,2
5,4 a 13,1 dec.	40,0	45,8
Mais de 13,1 dec.	10,5	3,9

Fonte: BETTELHEIM, 1976. P.215
Observação: Dec. = Deciatina = 1,1 hectare.

mostra como a reforma agrária aumentou em 14% o campesinato

médio, que passou a representar 81% da classe camponesa.

O que fazer diante da contradição entre Estado Soviético planejador e campesinato médio especulador? Ao tentar responder essa pergunta, *todos* os principais dirigentes do Comitê Central Bolchevique chegaram a mudar de opinião. Lenin, em janeiro de 1923, escreveu um artigo sobre a função socialista das cooperativas agrárias (LENIN, 1986), que significou uma importante inflexão em seu raciocínio de 1918, que identificava as cooperativas com a pequena burguesia (LENIN, 1965b). Bukharin, em 1920, defendia uma política agressiva contra o campesinato médio (BETTELHEIM, 1976, p. 350), mas em 1927 foi o maior entusiasta do livre comércio (BUKHARIN, 1987). Trotsky, em 1921, apoiou a NEP como salvaguarda da aliança proletário-camponesa (TROTSKY, 1987), mas em 1925 passou a divulgar propostas industrialistas de sufocamento do campesinato médio (DOBB, 1972). Stálin defendeu a aliança com o campesinato médio em 1925 (STÁLIN, 1954b), mas em 1929 foi o arquiteto da coletivização forçada (DOBB, 1972). Esse breve panorama de mudanças de opinião mostra como, para além dos grandiloquentes argumentos de estratégia revolucionária expostos nos brilhantes artigos da época, todos os líderes soviéticos tinham dúvidas a respeito dos caminhos da economia planejada.

A polêmica sobre o campesinato médio se fazia presente em várias esferas do processo de transição: (1) no âmbito da teoria revolucionária, há o debate gerado pela tese da acumulação socialista originária de Preobrajensky (1979), algumas vezes erroneamente atribuída a Trotsky; (2) no âmbito político, há diferentes visões sobre o papel do Estado Soviético na luta de classes da transição ao socialismo; (3) no âmbito da política econômica, há divergências sobre a política de preços e a deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria; (4) no âmbito da teoria econômica, há debates sobre o papel da lei do valor e da emulação no incremento da produtividade; (5) no âmbito político-administrativo, há contendas sobre quais as prioridades do investimento estatal; (6) no âmbito das novas relações de produção, há a discussão sobre o papel das transformações culturais na economia; (7) no âmbito da execução dos

princípios da revolução, há métodos divergentes para alcançar a coletivização agrária. Estas esferas serão abordadas na narrativa a seguir, que tem início na traumática experiência do comunismo de guerra.

2. Comunismo de guerra (1918-1921): confisco de grãos e militarização do trabalho

“Reunir todos os excedentes de cereais nas mãos do poder soviético central e distribuí-lo corretamente equivale a tornar invencível o nosso Exército Vermelho”,
Vladimir Lenin, 1919
(apud KATORGUINE, 1987, p. 111).

Antes que se pudesse traçar qualquer plano estratégico da economia nacional, a classe trabalhadora russa teve que lidar com a guerra civil, que eclodiu em abril de 1918. Os generais czaristas, a burguesia russa, segmentos do exército e tropas de mais de 15 países capitalistas formaram o exército branco, que combateu até 1921 contra o Exército Vermelho, na tentativa de reverter a revolução. As rápidas expropriações agrárias e estatizações das indústrias pelo poder bolchevique a partir de Outubro de 1917 definiram o caráter anticapitalista da revolução, o que unificou sob a bandeira contrarrevolucionária as forças czaristas, os liberais burgueses (cadetes), setores da pequena burguesia (mencheviques e social-revolucionários) e os *kulaks*.

A participação russa na Grande Guerra havia sido um dos principais fatores do desgaste do governo Kerensky. Lenin enxergava a paz como objetivo imediato da revolução de Outubro, que seria capaz de criar fortes laços de confiança dos soldados e camponeses com os bolcheviques. Vendo-se diante da ofensiva alemã, encabeçou a facção pacifista do Comitê Central que, por um voto, conquistou a maioria em defesa da assinatura soviética de uma versão piorada do tratado de Brest-Litovsky em fevereiro de 1918 (DEUTSCHER, 2005, p. 466).

Como alto preço pelo armistício em condições desfavoráveis, a Rússia cedeu vastos e estratégicos territórios aos alemães⁸. Nesse sentido, o sacrifício da guerra civil foi uma demonstração da extraordinária capacidade bolchevique para reorganizar as

⁸ Entre eles a Finlândia, os Países Bálticos, a Polônia e a Ucrânia, somando 26% da população do Império Russo, 27% da superfície cultivada, e 75% da capacidade produtiva de aço e ferro (BETTELHEIM, 1976, p. 340).

massas exauridas, combinando entusiasmo revolucionário com uma rigorosa disciplina militar. O Exército Vermelho foi inicialmente formado, em março de 1918, com cerca de 7 mil homens provenientes dos Guardas Vermelhos da revolução de Outubro. Dois anos e meio depois, reunia 5 milhões de soldados nas suas fileiras (DEUTSCHER, 2005, p. 486). A coesão revolucionária dos núcleos proletários do Exército Vermelho, a capacidade de comando de seus líderes, a imposição de uma disciplina rígida e o controle absoluto do Estado sobre todas as relações de produção de um grande território viabilizaram o monumental esforço de guerra, que deu a vitória à revolução soviética. Alimentar o Exército Vermelho de grãos e armamentos se tornou a prioridade absoluta do partido bolchevique, que subordinou os operários e camponeses a um trabalho militarizado e sem recompensas individuais. A política militar traçada por Trotsky, arquiteto e comandante máximo do Exército Vermelho, se baseou no *slogan* “Trabalho, disciplina e ordem salvarão a República Soviética”. Segundo Trotsky, a mudança de comportamento dos bolcheviques em relação à disciplina militar que eles mesmos contribuíram para destruir entre fevereiro e outubro de 1917, se devia à entrada em uma nova fase do processo revolucionário, que passara da destruição das antigas instituições para a rápida necessidade de construção de novos instrumentos de autodefesa. Nesse período, Trotsky comandou a criação de mecanismos de controle e punições exemplares dos desertores e indisciplinados, conduzidos pelo Tribunal Militar Revolucionário, que funcionava dentro do trem onde viveu durante dois anos e meio. A pena de morte, que havia sido abolida pela revolução, foi restituída (DEUTSCHER, 2005, p. 487, p. 505). Também a recusa camponesa em entregar sua produção era considerada um “comportamento contrarrevolucionário” que deveria ser punido⁹.

Lenin calculou que, em 1918, 44% do abastecimento alimentar do país foi realizado pelo Estado e 56%, controlado pelos “especuladores”. A política emergencial do comunismo de guerra visava ampliar fortemente a margem de controle do Estado,

⁹ Ao focar todos os seus esforços no comando das tropas vermelhas na guerra civil e defender o abastecimento das frentes com os métodos que estivessem à mão, Trotsky foi particularmente identificado com a ala “anti-camponesa” do bolchevismo. Mas Trotsky via tal violência de Estado como uma necessidade contingencial, pois defendia a distensão da política repressiva ao final da guerra, por exemplo, com a redução dos poderes da Cheka, a eliminação do exército permanente e sua substituição por uma milícia democrática, a abolição da pena de morte e abertura à participação política dos outros partidos da esquerda (DEUSCTHER, 2005, p. 530-531).

como condição de vitória na guerra. Trotsky definiu o comunismo de guerra como uma “economia primitiva de Estado” (1987, p. 192). Primitiva em dois sentidos: por desmercantilizar o sistema de abastecimento e por depender da coerção militar. De abril de 1918 até fevereiro de 1921, a quantidade de grãos demandada pelo Estado aumentou em 367%, de 30 para 110 milhões de *puds*¹⁰ (LENIN, 1965d). Isso significou não só o confisco de milhões de toneladas de grãos pelo Estado que os redistribuía entre soldados e operários, como também a imposição de uma disciplina militar de trabalho industrial e a fome do campesinato. O campesinato logo ofereceu resistência aos confiscos, por meio de boicote à produção. Habitadas a consumir cerca de 90% da própria produção de alimentos, as famílias camponesas tiveram seus grãos confiscados ao ponto de reduzir seu consumo em 60% na comparação entre 1913 e 1917, como mostra a **TABELA 5**.

TABELA 5 - Consumo de Grãos pelos Camponeses (milhões de toneladas métricas)	
1913	42,5
1920	17
Fonte: BETTELHEIM, 1976. P.208	

A desorganização da produção agrária em decorrência das expropriações e da convocação de camponeses para o Exército Vermelho, bem como a reação camponesa ao

confisco, desencadearam a queda de 50% da produção de grãos, na comparação entre 1913 e 1920. O nível de produção de grãos de antes da guerra só foi recuperado em 1926 (USSR, 1929a, p. 72; BETTELHEIM, 1976, p. 208).

O cereal confiscado ultrapassava bastante aquilo que se poderia chamar de “excedente”, já que em muitos casos privou a família camponesa de alimento. A orientação de Lenin era “aos camponeses pobres não se lhes tirar nada; aos médios, moderadamente; e aos ricos, muito” (apud KATORGUINE, p. 109). Mas devido à tensão militar e às necessidades imediatas da guerra, todos foram espoliados. Os salários, o fisco e o comércio foram desmonetizados e foram abolidos os aluguéis e as tarifas de transporte e serviços.

Para Preobrajensky, o comunismo de guerra foi uma forma de transição cujas principais características deveriam ser mantidas, mesmo em tempos de paz. Isso porque o sistema revelou uma nova etapa da luta de classes, que colocava de um lado o

¹⁰ *Pud* é uma medida russa equivalente a 16,38 quilos.

proletariado urbano representado pelo Estado e aliado do campesinato pobre e, de outro, o *kulak*.

Preobrajensky defendeu que a apropriação estatal do excedente do *kulak* constituía a “acumulação socialista originária”, ou seja, uma transferência de recursos do setor capitalista camponês ao setor socialista estatal, que permitiria o crescimento do setor socialista e, no futuro, sua reprodução ampliada (PREOBRAJENSKY, 1979). O objetivo seria a captura do excedente do campesinato rico para o Estado, inviabilizando o assalariamento rural e visando o futuro “desaparecimento da camada *kulak* usurária e sua integração ao campesinato médio” (PREOBRAJENSKY, 1987, p. 237). Trotsky, apesar de estar de acordo com a teoria da acumulação socialista originária, considerava sua realização a um ritmo histórico mais lento. Por isso, afirmou que “o confisco dos excedentes de grãos dos camponeses e a distribuição das rações não eram medidas próprias de uma economia socialista, mas de uma fortaleza sitiada” (TROTSKY, 1987, p. 193). A batalha militar seria mais veloz que a batalha econômica, pois “durante um longo tempo, o Estado operário deverá utilizar os métodos capitalistas” (TROTSKY, 1987, p. 200). Neste sentido, o comunismo de guerra não era o comunismo: era o controle militar do poder bolchevique sobre todas as esferas da vida econômica.

Em 1919, o VIII Congresso dos Sovietes deliberou pela “máxima utilização de todas as forças de trabalho disponíveis” (apud BETTELHEIM, 1976, p. 170). Em 1920, quando algumas posições territoriais já estavam garantidas, Trotsky deslocou tropas do Exército Vermelho para formação dos “exércitos de trabalho”, utilizados nas tarefas mais duras de reconstrução infraestrutural. Os desertores também seriam enviados a campos de trabalho. Na disputa de forças com a indústria monopolista dos países capitalistas avançados, a limitada indústria soviética teve que extrair todo trabalho humano vivo possível para viabilizar materialmente a guerra.

A necessidade de regimes de trabalho extremamente pesados levou o bolchevismo à prática da coerção. Os segmentos de trabalhadores bolcheviques auxiliavam na fiscalização dos operários “vacilantes” e a guerra civil invadiu as relações de produção. Ao mesmo tempo, se repetia o princípio de que o partido deveria confiar nas massas e, antes de coagir, convencer os membros da classe trabalhadora sobre a importância histórica da revolução. Convencimento e coerção operavam simultaneamente nas relações de produção. O fato é que a extração de excedente (ou mais-valia absoluta) através dos exércitos de trabalho comandados pelo Estado Soviético formava uma paradoxal caricatura da servidão czarista, sem a qual, em um

dramático paradoxo, a derrocada do antigo regime seria bloqueada pela invasão estrangeira¹¹. “Controle, contabilidade e registro” se tornam, desde aí, as palavras de ordem da transformação planejada. O controle militar seria convertido em controle econômico.

Durante o período do comunismo de guerra, de acordo com estatísticas oficiais, 75% da produção agrária e dos suprimentos industriais foram destinados ao Exército Vermelho (BUKHARIN, 1921). Porém, o controle nunca foi absoluto. Em todas as partes havia tráfico ilegal: comerciantes especuladores souberam extrair lucros da situação de desabastecimento. A distribuição estatal de alimentos nas cidades só alcançava de 25% a 40% das necessidades calóricas de seus habitantes, tornando o tráfico ilegal uma questão de sobrevivência (BETTELHEIM, 1976, p.418). Até mesmo os poderes locais tentavam reter a produção de grãos para consumo local por circuitos extraoficiais. Havia uma força dispersiva contra o planejamento, identificável não só no campesinato médio, mas também em organismos de poder municipal e dentro do próprio partido. Em fins de 1920, uma crise política do regime bolchevique se disseminou a partir da rebelião de camponeses contra o confisco e contra o controle militar das trocas. A representação máxima da crise foi a Revolta de Kronstadt, que também reivindicava ampliação dos mecanismos de democracia direta. Terminada a guerra, a aliança proletário-camponesa estava destrocada e algo devia ser feito para recompô-la.

3. A Nova Política Econômica à espera da Revolução Europeia (1921-1924).

“Viva os Bolcheviques! Abaixo os comunistas!”,
Soviets Camponeses, 1921 (apud Bukharin, 1921, tradução do autor).

“Se os camaradas operários dos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista não nos ajudarem com rapidez, nos encontraremos em incríveis dificuldades”,
Vladimir Lenin, 1921 (apud Gerratana, 1987, p. 49).

¹¹ Desde as polêmicas sobre a autodeterminação dos povos, agudizada com a invasão bolchevique da Polônia e da Geórgia em 1920, surgira uma nova corrente de pensamento no seio do partido que despertara de um sentimento nacionalista pan-russo, contraposto à tendência ocidentalizante à qual pertencia Trotsky (DEUTSCHER, 2005, p. 561). Esta polarização continha o gérmen de divergências profundas sobre como os revolucionários pretendiam lidar com as heranças do czarismo no que diz respeito à autocracia do Estado.

O campesinato médio se fortaleceu como nunca a partir da reforma agrária e se sacrificou como nunca durante o comunismo de guerra. A palavra de ordem em defesa dos bolcheviques, mas contrária aos comunistas, aparentava ser fruto de uma confusão política. Contudo, tratava-se da expressão dos interesses do campesinato médio pela propriedade individual. Os bolcheviques são identificados imediatamente com a paz e com a reforma agrária. Já os comunistas são identificados com o confisco de milhões de toneladas de grãos, que espalhou fome e escassez de bens manufaturados às famílias camponesas.

O *slogan* demonstra que a tática bolchevique coincidiu com os interesses do campesinato até certo ponto. Na visão de Bettelheim: “a luta contra os pequenos agricultores não poderia ser conduzida do mesmo modo que a luta contra os grandes proprietários rurais e os capitalistas, pela simples razão de que essas classes sociais representavam mais de 50% da população” (1976, p. 434). Nesse sentido, a Nova Política Econômica (NEP) surge basicamente com cinco objetivos: (1) reconstruir a aliança do proletariado com o campesinato a partir substituição do confisco pelo imposto em espécie, da permissão ao excedente privado e ao livre comércio; (2) aumentar a produtividade industrial através das concessões ao capital estrangeiro; (3) aumentar emergencialmente a produtividade agrária para o abastecimento de alimentos e o aumento da capacidade de importação; (4) reequilibrar as relações de troca entre campo e cidade; (5) eliminar o desemprego, permitindo assalariamento privado no campo.

A substituição do confisco militar de grãos pelo imposto em espécie, a liberação do excedente privado e o livre comércio formaram os pilares da NEP para reconquistar o campesinato. Estabeleceu-se o lucro *kulak* como estrutura de transição, na medida em que recompunha a aliança proletário-camponesa. A NEP recebeu apoio entusiasta de Stálin, o maior defensor da aliança com as camadas médias, que à época apostava na paulatina derrota dos preconceitos camponeses sobre a coletivização agrária, desde que o Estado comprovasse sua tolerância à propriedade individual (STÁLIN, 1954). Trotsky via a NEP com ressalvas e, apesar de defendê-la publicamente em 1921, já projetava a melhor forma de escapar de seus entraves pequeno-burgueses e dar cabo da batalha econômica da indústria estatal contra os *kulaks* (TROTSKY, 1987).

Bukharin, até fins de 1920, pertenceu ao grupo dos “comunistas de esquerda”, que defendia a permanência dos mecanismos de coerção do comunismo de guerra, sem nenhuma concessão ao campesinato. Após o impacto da Revolta de Kronstadt, Bukharin

se convenceu da aliança do Estado com as camadas médias. Já em 1927, ele defendia essa aliança como estratégia permanente, ao ponto de ser nomeado por Stálin como “ala direita” do partido (DOBB, 1972, p. 198). O debate tático sobre a questão camponesa foi brevemente suspenso a partir da unidade bolchevique contra a revolta de Kronstadt em dezembro de 1920 e da avassaladora capacidade de convencimento de Lenin a respeito da necessidade imediata das concessões. A dissidência camponesa contra o governo bolchevique teve como principal componente o colapso econômico, a situação de frio, fome e desabastecimento geral em que se encontravam as populações rurais. Apesar dos autênticos traços anarquistas, a Revolta foi exaltada pelo capitalismo internacional, pelos mencheviques e cadetes derrotados da guerra civil, que a usaram para disseminar sua propaganda ideológica.

Kronstadt foi um termômetro dos abusos do comunismo de guerra e da ruína econômica generalizada. Se a violência do Estado Soviético contra os camponeses prosseguisse, o espírito de Kronstadt se espalharia pelo país, pois bastava plantar a semente da revolta em terreno fértil de pobreza e violência. Como alertou Bukharin em defesa da NEP: “Nossa posição agora é que necessitamos pão e um campesinato pacífico. Até o trabalhador irá se revoltar contra seu próprio governo se não tem nada para comer” (1921, tradução do autor). A **primeira tarefa emergencial** da NEP era a pacificação do campesinato para a produção de alimentos, através dos mecanismos de lucro *kulak*: imposto em espécie, excedente camponês e livre comércio.

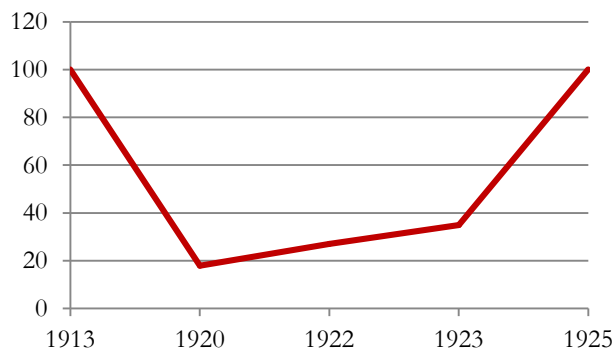
Quase todos os dirigentes bolcheviques concordaram com a necessidade de um “recuo” da apropriação militar do excedente agrário. Para explicar os erros do comunismo de guerra, Lenin comparou o capitalismo a uma fortaleza: até 1921, a revolução tentou tomá-la de assalto, mas a tática correta seria o cerco da fortaleza, sem o qual era impossível controlá-la permanentemente (BETTELHEIM, 1976, p. 415). O recuo da NEP aparentava ser tático, já que a estratégia, em ambos os casos, era controlar a fortaleza.

Mas o próprio Lenin apresentou sua convicção de que esse recuo seria longo e dependeria fundamentalmente da revolução internacional. Alertou: “Não podemos saber quantas etapas de transição para o socialismo haverá ainda. Isso depende do momento em que comece a revolução europeia” (apud GERRATANA, 1987, p. 33). Na expectativa de um novo levante revolucionário alemão contra a República de Weimar, a NEP serviria como solução provisória até que o socialismo se espalhasse para o centro do sistema. Já em 1923, Lenin enxergou o crescimento dos obstáculos à revolução

européia e apostou mais na possibilidade da revolução asiática, vislumbrando o deslocamento do eixo da luta de classes da Europa para o Oriente. Após sua morte, a natureza tática ou estratégica da NEP se tornou o núcleo fundamental das divergências, tema que se repôs e atualizou nos intensos debates no marxismo do século XX, nos quais se destacaram as posições de Charles Bettelheim (1982) e Ernest Mandel (1982). (Se a NEP fosse tática como defendeu Mandel, o excedente privado deveria ser ampliado por contingências específicas de um momento histórico, mas deveria ser suplantado assim que possível; mas se fosse estratégica como propôs Bettelheim, o excedente privado constituiria a base do desenvolvimento das forças produtivas para a transição ao socialismo.)

A situação era trágica. Após quatro anos de guerra mundial e quatro anos de guerra civil, o colapso econômico era total. As forças produtivas russas foram destruídas. Como mostra a o **GRÁFICO 1** (DOBB, 1972, p. 160, 176), a queda da produção industrial de 1913 a 1920 foi de 82%, só recuperada em 1925.

GRÁFICO 1 - Produção industrial na Rússia (índices)



Além disso, os principais quadros bolcheviques haviam tombado na guerra civil e a maioria dos especialistas técnicos para operar a capacidade produtiva que restou estava ao lado da contrarrevolução. Não havia, portanto, entre os revolucionários, uma *intelligentsia* apta a movimentar as forças produtivas disponíveis. Por isso, a **segunda tarefa emergencial** da NEP era a recomposição das forças produtivas e, para isso, o sistema de concessões aos grandes capitalistas e aos especialistas burgueses.

A partir do célebre documento *O Imposto em espécie*, Lenin retoma suas posições de 1918, expondo que a transição ao socialismo em um país subdesenvolvido tinha necessidade de atravessar um período de capitalismo de Estado. Mais que isso, Lenin defendeu que o capitalismo de Estado era a forma econômica superior que daria

forças para a acumulação socialista. Na luta entre planejamento e especulação, o capitalismo de Estado estaria ao lado do socialismo. No mencionado documento de 1921, Lenin reproduziu seu artigo de 1918:

Não é o capitalismo de Estado que está em guerra com o socialismo, mas a pequena-burguesia somada ao capitalismo privado que lutam juntas contra o capitalismo de Estado e o socialismo. A pequena-burguesia se opõe a qualquer forma de intervenção estatal, contabilidade e controle, seja ela capitalismo de Estado ou socialismo de Estado (LENIN, 1965b, tradução do autor).

O capitalismo de Estado seria, para aquela circunstância, uma forma econômica superior em relação à heterogeneidade estrutural russa, por ser mais apta ao planejamento e ao controle. Lenin enumerou oito formas do capitalismo de Estado na transição ao socialismo, com nuances entre a atividade pequeno-burguesa e o monopólio: (1) o imposto em espécie permitindo o excedente privado; (2) o livre comércio da classe comerciante especuladora; (3) as concessões, que entregavam, mediante contrato, indústrias de grande porte para a exploração do capital estrangeiro para evitar que ficassem ociosas; (4) as cooperativas privadas mercantis (*artéis*); (5) o comércio intermediário entre o campo e a cidade exercido pelo Estado; (6) o arrendamento de meios de produção aos grandes capitalistas; (7) os altos salários aos especialistas burgueses (engenheiros, gestores, técnicos), únicos capazes, naquele momento, de operar certos sistemas produtivos e administrativos; (8) os empréstimos de bancos internacionais ao Estado soviético. As características das duas principais formas de capitalismo de Estado (concessões industriais nas cidades e cooperativas privadas nos campos) estão sintetizadas na **TABELA 6**.

TABELA 6 - Cooperativas e Concessões: formas do Capitalismo de Estado		
	Cooperativas	Concessões
Quem?	Centenas de milhares de pequenos produtores	Poucas grandes empresas privadas
Tecnologia	Tradicional	Moderna
Controle estatal	Fraco	Forte
Vantagens	Ganhos de escala	Lucro estatal
	Ganhos de monopólio	Alta produtividade
Desvantagens	Fortalece a mentalidade pequeno-burguesa	Lucro privado burguês
Onde?	Rural	Urbano
Futuro	Propriedade coletiva de larga escala com adesão voluntária	Nacionalização e socialização

No âmbito agrário, o combate à fome era mais importante que o combate à pequena burguesia. A partir das formas de propriedade ditadas pela NEP, se estabelecem três formas de excedentes da transição ao socialismo: (1) o lucro do capitalismo privado, especialmente localizado nos *kulaks*, nas concessões industriais e no livre comércio; (2) o lucro do capitalismo cooperativo, das propriedades privadas coletivas; (3) o lucro estatal, obtidos por meios econômicos ou coercitivos. O lucro estatal serviria prioritariamente para o Plano de Eletrificação da Rússia, que se tornou a principal plataforma do planejamento econômico. Bukharin pensava que a eletrificação era fundamental para a pacificação do campesinato. Raciocinava: “Se o campesinato receber de nós luz elétrica ele será transformado em um funcionário social, e seus instintos de proprietário privado não serão ofendidos” (1921, tradução do autor).

Para defender as concessões, Lenin afirmou que: “o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado colocado a serviço do povo” (apud BETTELHEIM, 1976, p. 420). Sua concepção sobre o caráter especulativo das cooperativas agrárias se alterou em 1923, também a partir da experiência dos Sábados Comunistas de trabalhos voluntários, que punham à prova a possibilidade de uma nova relação de produção, fundamentada mais na consciência social revolucionária e na cultura coletivista do que na coerção.

A **terceira tarefa emergencial** da NEP era incrementar a produtividade camponesa para alimentar a força de trabalho das cidades, aumentar a exportação de grãos e gerar capacidade de importação para compra de bens de capital. Em 1921, Bukharin passou a defender o estímulo econômico individual como único caminho possível para aumentar a produtividade agrária:

Foi economicamente comprovado que se confiscamos o lucro produzido pelo camponês, confiscamos junto quase todo incentivo para a produção futura. Se o camponês sabe que seu lucro será expropriado, ele só produzirá para si próprio e nada mais para ou outros. O único incentivo que resta é de tipo intelectual, ou seja, a consciência de que ele precisa apoiar os trabalhadores que defendem ele do latifundiário (1921, tradução do autor).

TABELA 7 - Produção de Cereais Excedente/Produção de Cereais Total

1913	30%
1917	26%
1923	25%
1925	14%
1926	17%
Fonte: DOBB, 1972, p. 161, 210	

No entanto, ao contrário do diagnóstico de Bukhárin, nos primeiros anos de permissão do lucro *kulak* o enriquecimento camponês ampliou a produção para autoconsumo de grãos e, ao mesmo tempo houve uma queda do excedente agrário exportável, como mostra a **TABELA 7**. Isso ocorreu devido ao aumento da armazenagem privada de grãos, devido ao afrouxamento do controle militar.

A produtividade camponesa se combinava com a **quarta tarefa** da NEP: reequilibrar as relações entre campo e cidade através da “troca socialista”, motivo de controvérsias projetadas sobre a política de preços que será discutida adiante. Para defender a **quinta tarefa** da NEP, qual seja, a liberação do assalariamento rural como mecanismo do lucro *kulak* e da queda do desemprego, Bukharin pintou um retrato do desencontro entre todos os segmentos do campesinato e o partido bolchevique:

Estamos pressionando demasiadamente os camponeses abastados. Sucede, pois, que o camponês médio teme, se melhorar suas própria fazenda, por exemplo, ser exposto a uma rígida pressão administrativa; o camponês pobre protesta porque o impedimos de vender sua força de trabalho ao camponês rico (apud GERRATANA, 1987, p. 52)

O sistema de incentivos individuais proposto por Bukharin entrava em choque com os princípios coletivistas da nova economia. Em certo sentido, a tensão entre interesses individuais e coletivos na transição ao socialismo demarcava as linhas da luta de classes entre a especulação e o planejamento. Para romper as dependências da produtividade com o interesse individual, era preciso gestar uma revolução no âmbito da cultura, defendida por Lenin ao fim da sua vida.

4. Um dilema histórico sem solução: cooperativas, trabalho voluntário e produtividade.

“Com a propriedade social dos meios de produção, com a vitória da classe do proletariado sobre a burguesia, o regime dos cooperadores cultos já é o regime socialista”,
Vladimir Lenin, 4 de janeiro de 1923 (1986, p. 362.).

Em 1923, Lenin já muito doente, alterou sua percepção das cooperativas agrárias. A cooperativa passou a ser encarada não mais como forma pequeno-burguesa de acumulação especulativa e sim como forma diretamente socialista de produção. Isso porque a cooperativa na sociedade socialista possuiria outra natureza em relação à cooperativa na sociedade capitalista. Em 1921, Lenin considerava a cooperativa como

uma forma capitalista de Estado, na medida em que podia especular - sob a vigilância estatal. Mas em 1923, Lenin passou a defender que, na sociedade da transição, as cooperativas cumpririam um papel revolucionário e seriam superiores ao capitalismo de Estado. Além de abolir a propriedade individual, a tarefa de cooperativizar a população fortaleceria a economia estatal, porque:

Sob nosso regime atual, as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas não diferem das empresas socialistas, desde que o terreno onde estão instaladas e os meios de produção que empregam pertençam ao Estado, isto é, à classe operária [...]. Nas nossas condições a cooperação coincide muitas vezes inteiramente com o socialismo (1986, p. 364).

Junto desse raciocínio, está o diagnóstico de que o trabalho voluntário dos Sábados Comunistas seria a melhor aproximação das *novas relações de produção* necessárias na edificação da economia socialista. A experiência de ver milhares de trabalhadores abrindo mão de seu tempo de descanso por um propósito coletivo, como reconstruir uma ferrovia ou fazer manutenção em ferramentas pesadas, somente porque tinham consciência da necessidade de desenvolver as forças produtivas para defender a revolução, impactou a sensibilidade de Lenin. Aquilo era totalmente novo e ninguém nunca havia visto esse grau de esforço solidário antes. Era trabalho não alienado, totalmente consciente, que brotava da vontade humana. Por conta disso, Lenin postulou que:

O trabalho comunista no sentido mais estrito, mais exato da palavra, é um trabalho não remunerado em proveito da sociedade [...]; é um trabalho livremente consentido [...] condicionado pelo hábito de trabalhar pela comunidade e pelo sentimento consciente (transformado em hábito) da necessidade de trabalhar em proveito da comunidade (apud BETTELHEIM, 1976, p. 193).

Evidentemente, o trabalho voluntário não emergiria espontaneamente da luta de classes e exigia uma política ofensiva de educação socialista e de combate ao egoísmo pequeno-burguês. Para isso seria necessário construir uma revolução da cultura, que fizesse de cada trabalhador um funcionário da coletividade consciente de suas responsabilidades sociais voluntárias. O trabalho voluntário seria o golpe final no

capitalismo, porque seria a *desmercantilização da força de trabalho*, o fim do assalariamento e a plena coletivização da propriedade. Neste sentido, uma revolução nas mentes dos trabalhadores e na sua percepção social do trabalho seria a mais crucial tarefa econômica, sem a qual não se poderia superar plenamente o capitalismo. O egoísmo capitalista deveria ser substituído por valores substantivos de solidariedade humana nas relações de produção.

Na sua descoberta, Lenin escreve: “anteriormente colocávamos e devíamos colocar o centro de gravidade na luta política, na revolução, na conquista do poder, etc. Mas agora o centro de gravidade desloca-se e transfere-se para o trabalho pacífico de organização cultural” (1986, p. 365). Lenin caracterizou os Sábados Comunistas como “uma vitória sobre a própria rotina, o desleixo, o egoísmo pequeno-burguês, sobre todos estes hábitos que o maldito capitalismo deixou em herança ao operário e ao camponês” (1980). A tarefa da revolução cultural, aparentemente mais complexa que a própria guerra, seria a chave do aumento da produtividade rural, da coletivização da propriedade, e das relações de produção diretamente socialistas. Seria a chave da conciliação dos interesses individuais e coletivos e, portanto, da fusão entre planejamento central e democracia na unidade produtiva. A nova defesa da cooperativa agrária de Lenin foi captada pelos dirigentes bolcheviques e definitivamente orientou a política agrária até 1929. O crescimento das cooperativas (comerciais, artesanais e agrárias) de 1924 a 1926 pode ser visto na **TABELA 8**. O aumento total das unidades cooperativas foi de 27%, e seus membros se ampliaram em 93%.

TABELA 8 - Crescimento das Cooperativas e número de membros		
1924	Unidades	Membros (milhões de pessoas)
Comércio	22.621	7,09
Agricultura	31.008	2,46
Artesanato	8.076	0,33
Total	61.705	9,89
1925	Unidades	Membros
Comércio	25.536	9,34
Agricultura	37.920	5,40
Artesanato	11.052	0,51
Total	74.508	15,26
1926	Unidades	Membros
Comércio	27.438	11,40
Agricultura	40.200	7,13
Artesanato	11.227	0,58
Total	78.865	19,12

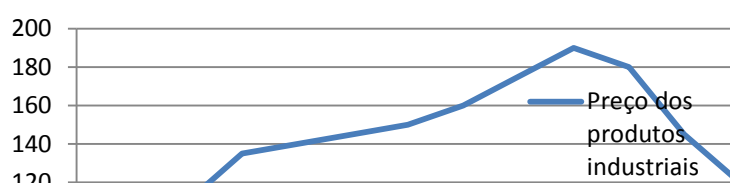
A implantação do trabalho voluntário, porém, exigia muito mais. Demandava um lento processo histórico de alteração das estruturas culturais, muito mais complexo e subjetivo. Esse ideal de desmercantilização do trabalho só foi praticado em conjunturas momentâneas de sacrifício coletivo, geralmente associado à sobrevivência decisiva das revoluções socialistas pelo mundo, em que massas de trabalhadores se lançaram *por vontade própria* a jornadas de trabalho longuíssimas para superar conjunturas críticas. O excedente gerado nesses casos, diferentemente dos exércitos de trabalhos forçados, não poderiam se enquadrar à categoria de mais-valia absoluta, já que esta pressupõe um processo da alienação em relação ao produto do trabalho que é minimizado no esforço verdadeiramente consciente e voluntário. Após a morte de Lenin em 1924, o fogo da disputa interna reacendeu no partido bolchevique, e se espalhou rapidamente. As primeiras chamas vieram do debate sobre os preços dos produtos industriais.

5. A deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria (1924-1926).

“Todo monopólio esconde em si mesmo o perigo de um certo marasmo, de uma certa tendência a dormir sobre os próprios erros”,
Bukharin, 1926 (1987, p. 268).

Em 1922, se constatou a permanência do desequilíbrio entre indústria e agricultura, explicado por três fatores. Primeiro, o aumento da produção agrária havia sido menor que o aumento do consumo camponês, perdurando a situação de escassez de alimentos. Segundo, havia falta de meio circulante, o que ampliava a ação do tráfico ilegal e aumentava os preços agrários. Terceiro, houve uma “crise de vendas” da indústria, decorrente também da falta de excedente agrários, que fez cair seus preços. Para corrigir o desequilíbrio prejudicial à indústria, o governo fundou sindicatos comerciais dos *trusts* estatais que seriam fiscais dos preços tabelados para evitar a especulação. Ao final de 1922, 17 sindicatos conectavam a produção de 176 *trusts* estatais (DOBB, 1972, p. 159). A seguir, porém, o desequilíbrio se inverteu completamente e houve uma brusca deterioração dos termos de troca dos camponeses, como mostra o **GRÁFICO 2** (DOBB, 1972, p. 163).

GRÁFICO 2 - Desequilíbrio de preços entre agricultura e indústria (1913 = 100)



Surgiram explicações monetárias e estruturais para o fenômeno. Alguns economistas alegaram que a falta de meio circulante gerou o desequilíbrio. Outros alegavam que o monopólio estatal da indústria era o principal responsável. Argumentou-se também que o subdesenvolvimento da indústria soviética era a principal causa do aumento de preços, pois a baixa produtividade aumentava os custos de produção. Além disso, a indústria soviética estava operando abaixo de sua capacidade produtiva, o que aumentava a proporção de custos administrativos. Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços.

Diante da perda de poder de compra camponês, o Estado soviético agiu no sentido de induzir a diminuição dos preços industriais. Para isso, enxugou o crédito para indústria, estabeleceu um preço máximo por lei, e iniciou a importação de manufaturas mais baratas do estrangeiro. O XII Congresso Bolchevique, em 1923, deliberou pela concentração industrial com finalidade de diminuir os custos da produção. A medida obteve sucesso, posto que em 1924, a concentração industrial reduziu 20% dos gastos da produção (DOBB, 1972, p. 173). A política de preços se tornou o principal foco do planejamento econômico conjuntural ao longo de 1924.

Em 1924, a XIII Conferência Bolchevique aprovou novas concessões aos *kulaks*: a duplicação do tempo permitido para arrendamento de terras e a permissão para empregar mão de obra assalariada permanente. A fração encabeçada por Trotsky partiu para ofensiva: foi apresentado um documento chamado “Declaração dos 46”, organizado pela recém-formalizada Oposição de Esquerda, que defendia a deterioração dos termos de troca dos camponeses como política estatal da transição, ampliação do crédito à indústria, o fortalecimento da GOSPLAN para todas as decisões econômicas, e

uma diretriz de “protecionismo socialista”. A proposta se fundamentava na já mencionada teoria da acumulação socialista originária, para a qual havia dois setores na economia, o estatal socialista e o privado capitalista, e o primeiro deveria explorar economicamente o segundo. A proposta foi nomeada de “ditadura da indústria”, na medida em que desconsiderava as diretrizes da NEP em favor do campesinato. O setor estatal poderia explorar o setor capitalista de duas maneiras: através de impostos diretos, e através dos preços. Uma das críticas da “Declaração dos 46” dizia respeito à falta de controle estatal sobre pequeno comércio. Trotsky argumentou com os dados de Ossinsky reproduzidos na **TABELA 9**. Preobrajensky calculava que de um terço à metade dos lucros comerciais totais eram capturados pelos especuladores, prejudicando o desenvolvimento da economia estatal (DOBB, 1972, p. 180).

Bukharin levantou a voz contra a nova Oposição de Esquerda, denunciando a ruptura da aliança proletário-camponesa e alertando para a possibilidade de uma “greve dos cereais” organizada pelos camponeses descontentes com sua perda de poder aquisitivo. Além disso, Bukharin afirmava que:

TABELA 9 - Comércio privado/Comércio total – 1923	
Grande comércio	14%
Escala média	15%
Pequeno Comércio	80%
Fonte: Dados de Ossinsky em DOBB, 1972. P. 179	

Uma marcha mais rápida do desenvolvimento da nossa indústria não pode se assegurar pela quantidade máxima que se pode tirar da economia camponesa [...]. Se exigirmos menos agora, facilitaremos a acumulação na agricultura e asseguraremos para amanhã uma demanda maior de produtos da nossa indústria (1987, p. 272-273).

Bukharin defendia que a acumulação camponesa de excedentes privados era favorável à edificação do socialismo e que era melhor que o pequeno comércio especulativo ocupasse os territórios soviéticos mais distantes não alcançados pelo Estado, do que não houvesse comércio nestas zonas (DOBB, 1972). O grupo industrialista foi derrotado, e em 1924 foi aprovado o combate à deterioração dos termos de troca camponeses e novas medidas para a queda dos preços industriais. Em 1925, a Oposição de Esquerda de Trotsky se apresentou como fração pública do partido bolchevique, e defendeu a palavra de ordem “nenhuma concessão aos *kulaks*”. A divisão estava consolidada e os membros da Oposição foram expulsos do Comitê Central.

Em 1926, a Oposição de Esquerda apresentou um documento nomeado Contra-Tese, na qual apresentava um diagnóstico sobre a exploração *kulak* contra o campesinato assalariado, e responsabilizava as orientações do partido. À época já estava criado o termo NEP-man, para designar uma nova pequena burguesia que havia enriquecido a partir da liberação especulativa da NEP. A Oposição alegava que a propriedade dos *kulaks* havia dobrado de extensão entre 1924 e 1926 e a população sem terra havia conseqüentemente crescido. Diziam também que os *kulaks* detinham 15% a 25% do total de propriedade agrárias, 25% a 40% das terras cultivadas, além 40% a 60% dos instrumentos de trabalho rural. A Contra-Tese denunciava que os *kulaks* possuíam 900 milhões de *puds* de grãos estocados para fins especulativos. A especulação *kulak* diminuía a exportação de cereais e, portanto, comprometia a capacidade de importação de bens de capital para industrialização (DOBB, 1972, p. 193 e 199). Em suma, a Oposição identificou no *kulak* o principal inimigo da revolução socialista. O XV Congresso Bolchevique em 1926 foi uma guerra de diagnósticos estatísticos: a tese oficial do partido apresentava dados mais amenos sobre o poder *kulak*, sintetizados na **TABELA 10**. A partir de uma linha política que pregava a aliança com os *kulaks* em nome da produtividade agrária, o partido ampliou novamente as concessões, como o fim da fiscalização militar sobre o camponês médio e aumento da sua autonomia econômica.

TABELA 10 - Diagnóstico do Partido Bolchevique sobre o poder dos <i>kulaks</i> - 1926	
Área cultivada	10%
Produção de grãos	15%
Terras arrendadas	7%
Trabalhadores rurais	5%
Comércio de grãos	33%
Estocamento	700 milhões de puds
Fonte: DOBB, 1972, p. 195	

É nessa situação que Trotsky profere um inflamado discurso contra a produção agrária: “Nas atuais circunstâncias, uma boa colheita pode converter-se em um fator que não acelere a taxa de desenvolvimento econômico em benefício do socialismo, mas que, ao contrário, desorganize a indústria e piore a relação entre campo e cidade” (apud DOBB, 1972, p. 192, tradução do autor). O campesinato médio e os *kulaks* foram responsáveis pela divisão irreversível da direção do partido bolchevique, que resultou na expulsão e exílio da Oposição.

O partido bolchevique aplicou as orientações da NEP de modo ainda mais flexível do que se havia previsto inicialmente, ampliando as concessões e abrindo

espaço à especulação com intuito de resolver as crises. O planejamento econômico foi protelado, e o primeiro Plano econômico nacional foi concluído apenas em 1928.

6. As tensões entre planejamento central e democracia na unidade produtiva.

“O planejamento é o meio de submeter a ação das leis econômicas e do desenvolvimento econômico da sociedade sob a direção da vontade humana”,
Oskar Lange (1989, p. 21).

O potencial de planejamento econômico sempre está associado à capacidade de concentração e centralização de recursos. Nas tentativas de transição ao socialismo, o capital centralizado e concentrado foi expropriado das empresas capitalistas e subordinado ao Estado. Na União Soviética, os desdobramentos da NEP enfraqueceram a capacidade de planejamento do Estado, que cedeu parte de seu controle econômico aos NEP-man, e abriu canais de especulação privada. A **TABELA 11** mostra a divisão da produção de excedentes agrários por segmento econômico em uma comparação com a estrutura fundiária antes da Grande Guerra e em 1926-27. Pode ser verificado: a queda da grande produção em 85% com manutenção da sua participação no excedente total; a queda da produção dos *kulaks* em 66% e queda de 42% de sua participação no excedente total; e o crescimento de 70% da produção do campesinato médio com queda de 23% em sua participação no excedente.

TABELA 11 - Produção de Grãos e excedente lançado ao mercado por segmento social			
Antes da guerra	Produção de cereais (%)	Excedente para mercado em relação à colheita total (%)	Excedente para mercado em relação ao excedente total (%)
Latifundiários	12	21,6	47
Kulaks	38	50	34
Camponês Médio e Pobre	50	28,4	14,7
Total	100	100	26
1926-27			
Granjas Estatais Coletivas	1,7	6	47,2
Kulaks	13	20	20
Camponês Médio e Pobre	85,3	74	11,2
Total	100	100	13,3

Fonte: DOBB, 1972, p. 212

O aumento da agricultura para subsistência é revelado pelo fato de que o excedente total caiu pela metade. O custo não foi só para o aumento da qualidade de vida camponesa: foi também para o armazenamento de grãos para especulação.

Foi este armazenamento que produziu a crise de escassez de cereais em 1927, responsável por um déficit comercial imprevisto, que comprometeu a compra de bens de capital. A crise de cereais desencadeou uma mudança na linha política do Comitê Central, que opôs Stálin a Bukharin. Stálin avaliou que os efeitos da NEP estavam começando a prejudicar o desenvolvimento econômico nacional, e que era preciso realizar uma ação enérgica contra a especulação. Bukharin, porém, permaneceu defendendo as diretrizes da NEP, a autonomia camponesa e a concorrência entre pequenos capitalistas como alavanca de desenvolvimento socialista. Stálin afirmou, em 1929, que havia dois caminhos possíveis para a agricultura soviética: o caminho capitalista e o caminho socialista. As mediações com os *kulaks* desapareceram, a NEP como economia mista (planejada e especulada) não foi mais considerada como uma via possível. Stálin havia se convencido que era preciso construir o socialismo em um só país, já que a contrarrevolução havia se espalhado pela Europa através do fascismo. Por isso, Stálin discursa em defesa do caminho socialista “que consiste em semear *kolkozés* e *sovkhózes* na nossa agricultura, e que conduz ao agrupamento das pequenas economias camponesas em grandes unidades agrícolas coletivas, munidas da técnica e da ciência, e a eliminação dos elementos capitalistas do campo” (1929). No mesmo discurso, Stálin afirma que “na URSS não existe propriedade privada da terra, que é o que faz com que o camponês sinta apego à sua economia individual” (idem). Esse raciocínio desconsiderava a própria causa da crise de cereais que havia prejudicado o desenvolvimento econômico em 1927: o impulso especulador dos camponeses médios. Fazia parte da campanha de coletivização que já estava em curso, e que seria posta em prática através da coerção contra o campesinato médio defendido desde 1921.

A partir do primeiro Plano Quinquenal de 1928 a 1933, a NEP vai sendo aos poucos desmontada. A partir da nova postura de Stálin, as disputas de poder culminam com a expulsão de Bukharin do Comitê Central e depois do partido bolchevique. Stálin foi o arquiteto da coletivização agrária, como arma contra a especulação. A vitória do planejamento contra a dispersão individual de excedentes privados ocorre com o fim das concessões ao campesinato médio. A resistência à coletivização ocorreu por diversos meios: armazenamentos ilegais, assassinatos de animais, boicotes à produção, e atentados violentos contra as novas fazendas estatais.

Com a aprovação final do Plano Quinquenal em maio de 1929, se eliminam todas as concessões: o arrendamento (uso especulativo da terra) fica proibido, a contratação privada de trabalhadores assalariados também é desautorizada, e o Estado

soviético passa a estimular as expropriações espontâneas da maquinaria dos *kulaks* para os *solkhozes*, à maneira dos Comitês de Camponeses Pobres, mas agora executados por agentes administrativos do Estado. A repressão à resistência kulak foi implacável: 1929 e 1930 foram anos de deportação em massa, de trabalhos forçados, de prisões e execuções. Segundo Dobb, a coletivização agrária soviética representa “um ponto de virada do século XX” (1972, p. 223, tradução do autor), exatamente porque concretiza a primeira estrutura fundiária planejada e socialista do mundo. Com a coletivização, Stálin pretendia aplicar um modelo de produção industrial à produção agrária, através da criação de “Fábricas de Cereais”. Sua meta era aumentar de 11% para 30% o excedente de cereais para exportação (DOBB, 1972, p. 219).

O problema de fundo é que, se Lenin estava certo em afirmar que as novas relações de produção seriam baseadas na desmercantilização do trabalho pelo “princípio da voluntariedade”, a coletivização de Stálin não era exatamente socialista, na medida em que aniquilou a vontade individual do campesinato. Ironicamente, o programa de coletivização de Stálin tinha muito em comum com a Contra-Tese da Oposição de Esquerda, rechaçada três anos antes. Dobb comenta os tortuosos rumos do Comitê Central bolchevique:

Muitos se assombraram pelo fato de que aqueles que defendiam uma renovação da ofensiva contra os *kulaks* e um ritmo de industrialização mais rápido em 1928 eram, em sua maior parte, as mesmas pessoas que haviam condenado este procedimento em 1925. Se isso era um equívoco em 1925, como não o seria três anos mais tarde? E se a solução servia para 1928, não se tratava, pois, de um erro a condenação da mesma em 1925? (1972, p. 202, tradução do autor).

O próprio Dobb aponta uma mudança de conjuntura de 1925 a 1928 tentando justificar a contradição de Stálin: havia surgido a possibilidade de uma guerra com o Japão. O fato é que, ao fim da década, as consequências da acumulação camponesa pela NEP se mostravam muito similares ao diagnóstico antecipado da Oposição. A derrota de Bukharin foi a derrota da estratégia que acreditava na harmonia entre especulação e planejamento, propriedade privada e socialismo, *kulak* e industrialização. Havia, contudo, um componente idealista no raciocínio de Bukharin, com sinal invertido em relação ao idealismo de Lenin. A ideia de que era possível conciliar interesses individuais e coletivos no mesmo projeto de desenvolvimento socialista. Para Bukharin, essa conciliação seria a “emulação socialista”, ou seja, concorrência econômica em

novas bases. Em termos teóricos, a chave da conciliação seria o próprio planejamento. Qual foi a possibilidade concreta do planejamento socialista conciliar interesses individuais e coletivos?

Para Oskar Lange, polonês que inaugurou as categorias da nova economia política socialista, o planejamento socialista possui dois princípios básicos: primeiro, “o uso dos meios de produção no interesse geral da sociedade”; segundo, a “participação democrática efetiva de todos os produtores e outros trabalhadores na administração dos meios de produção” (LANGE, 1998, p. 18). Pela observação histórica, Lange defende que existem duas fases da acumulação socialista: a primeira fase se baseia na coerção; e a segunda fase na iniciativa local. A primeira corresponde à economia de transição, que depende de meios extraeconômicos de controle e centralização. A segunda fase corresponderia a “reprodução socialista ampliada”, quando o sistema de incentivos econômicos fosse suficiente para harmonizar o plano central com as iniciativas locais, e as decisões fossem descentralizadas. A tensão entre os dois polos representa o maior dilema histórico da economia socialista. Enquanto o planejamento central, em muitos casos, aniquilou a iniciativa individual e transformou o socialismo em um sistema de obediências automáticas, a autonomia das decisões econômicas gerou forças especulativas individuais que transitaram de volta ao capitalismo. Lange, como Lenin, acreditava na forma cooperativa como nexos dos dois polos: “A pequena economia de mercadorias [...] é a economia dos aliados da classe trabalhadora. As cooperativas fazem possível a transformação da propriedade privada em propriedade socialista na esfera da pequena economia de mercadorias. [...] O desenvolvimento das cooperativas reforça as possibilidades de planejamento econômico, particularmente na agricultura” (LANGE, 1989, p. 51, 52).

Para executar a conciliação do plano com as decisões democráticas, Lenin propôs que o plano econômico fosse ensinado nas escolas, fizesse parte dos conteúdos obrigatórios das crianças, para formar adultos conhecedores dos detalhes da estratégia de desenvolvimento nacional (LENIN, 1965c). Bobrowsky aponta para um problema permanente desta conciliação: “A harmonia interna dos diferentes índices sobre uma escala econômica nacional não conduz automaticamente à mesma situação nas empresas [...] está presente de fato a possibilidade de que se tomem decisões contraditórias sobre problemas individuais” (BOBROWSKY, 1989, p. 162). Para Pajetska, a orientação mais realista seria de “subordinação da atividade das unidades econômicas individuais aos interesses gerais da sociedade” (PAJETSKA, 1989, p. 325).

Entre instrumentos políticos, militares e puramente econômicos, o maior desafio da economia socialista foi conciliar planejamento e democracia. As decisões democráticas poderiam levar a vantagens individuais da unidade produtiva que prejudicassem a economia nacional; as decisões centralizadas criaram economias com pouca iniciativa, desprovidas de criatividade, subordinadas a relações de tipo burocrático.

Por isso, o conflito entre forças centrífugas da acumulação camponesa e planejamento coercitivo das relações econômicas soviéticas é representativo de um conflito humano muito mais amplo, que diz respeito ao **substrato cultural dos distintos modos de produção que predominam nas formações sociais humanas e suas determinações nas relações de trabalho**. A experiência soviética mostrou o choque violento entre individualismo e coletivismo, especulação e planejamento, egoísmo e coerção. Nenhuma resposta meramente teórica seria suficiente para resolver o dilema econômico-filosófico do socialismo do século XX.

Bibliografia

- BUKHARIN, N. O partido e o bloco da oposição. In: BERTELLI, A. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo**. 1. Ed. v. 52. São Paulo: Global, 1987.
- _____. The New Economic Policy of Soviet Russia. In: **The new policies of soviet Russia**. Chicago: C.H. Kerr & Co., 1921, pp. 43-64. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1921/07/08.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.
- BETTELHEIM, C. **A Luta de Classes na União Soviética (1917-1923)**. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. 1. Ed. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- BOBROWSKI, E. Tipos Económicos Socialistas. In: LANGE, O. **Problemas de Economía Política del Socialismo**. 1. Ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1989.
- DEUTSCHER, I. **Trotsky: o profeta armado, 1879-1921**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DOBB, M. **El Desarrollo de la Economía Soviética desde 1917**. Madri: Tecnos, 1972.
- GERRATANA, V. Estado Socialista e Capitalismo de Estado. In: BERTELLI, A. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo**. 1. Ed. v. 52. São Paulo: Global, 1987.
- KATORGUINE, I. I. Rumo à Nova Política Econômica. In: BERTELLI, A. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo**. 1. Ed. v. 52. São Paulo: Global, 1987.
- LANGE, O. (org.). **Problemas de Economía Política del Socialismo**. 1. Ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1989.
- LENIN, V. Last Testament: Letter to the Congress. In: **Lenin Collected Works**. 1st English Edition, Progress Publishers, Moscow, 1965a, Volume 36 (p. 593-611). Disponível em: <<http://marxists.org/archive/lenin/works/1922/dec/testamnt/index.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.
- _____. The Tax in Kind. In: **Lenin's Collected Works**. 1st English Edition, Progress Publishers, Moscow, 1965b, Volume 32, pages 329-365. Disponível em: <<http://marxists.org/archive/lenin/works/1921/apr/21.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.

_____. Integrated Economic Plan. In: **Lenin's Collected Works**. 1st English Edition, Progress Publishers, Moscow, 1965c, **Volume 32**, pages 137-145. Disponível em: <<http://marxists.org/archive/lenin/works/1921/feb/21.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.

_____. Economics and Politics in the Era of the Dictatorship of the Proletariat. In: **Lenin's Collected Works**, 4th English Edition, Progress Publishers, Moscow, 1965d, Volume 30, pages 107-117. Disponível em: <<http://marxists.org/archive/lenin/works/1919/oct/30.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.

_____. Resolução sobre a questão agrária (maio de 1917). In: **Obras Escolhidas**. Tomo 2. Lisboa: Avante!, 1977.

_____. Uma Grande Iniciativa. In: **Obras Escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

_____. Sobre a Cooperação. In: **Obras Completas**. Tomo 5. Lisboa: Avante!, 1986.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, E. As categorias mercantis no período de transição. In: GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

MARX, K. **Grundrisse**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A Nacionalização da Terra. **Obras Escolhidas**. Lisboa/Moscou: Progresso/**Editorial Avante!**, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>>. Acesso em 25 maio .2014, 12:00:00.

PREOBRAJENSKY, E. **A Nova Econômica**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. As perspectivas da Nova Política Econômica. In: BERTELLI, A. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo**. 1. Ed. São Paulo: Global, 1987.

PAJETSKA, J. Algunos problemas de planeación del desarrollo económico. In: LANGE, O. (org.), **Problemas de Economía Política del Socialismo**. 1. Ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1989.

USSR, SOVIET UNION INFORMATION BUREAU, Agriculture, In: **Soviet Union Information Bureau**, Washington D.C. 1929a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/history/ussr/government/1928/sufds/ch04.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.

_____. Cooperatives. In: **Soviet Union Information Bureau**, Washington D.C. 1929b. Disponível em: <<http://www.marxists.org/history/ussr/government/1928/sufds/ch16.htm>>. Acesso em: 26 maio, 2014.

STÁLIN, J. **Sobre os problemas da política agrária na URSS (1929)**. Discurso pronunciado na Conferência dos Técnicos Agrários Marxistas. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1929/12/28.htm>> Acesso em: 26 maio, 2014.

_____. A revolução de outubro e o problema das camadas médias In: **J. V. Stálin - Obras**, V. 5, Editorial Vitória, 1954b.

TROTSKY, L. Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução. In: BERTELLI, A. (org.). **A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo**. 1. Ed. São Paulo: Global, 1987.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System I**. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. V. 1. Nova York: Academic Press, 1974.